

A (IN) EFETIVIDADE DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE USUÁRIOS DE DROGAS.

LIZARB SOARES MENA¹; POLIANA FARIAS ALVES²; KARINE LANGMANTEL SILVEIRA³; MICHELE MANDAGARA DE OLIVEIRA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – lizarbmena_@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – polibrina@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - kaa_langmantel@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – mandagara@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Considera-se como internação compulsória uma ação com respaldo judicial prevista em lei 10.216/01, na qual o usuário de substância psicoativa é internado contra sua vontade, sem a necessidade do consentimento da família, quando se define que o mesmo ofereça risco para si próprio ou a sociedade, levando em consideração que todos os outros recursos já tenham sido empregados esgotando-se assim qualquer outra conduta de tratamento. Este tipo de internação é uma política governamental considerada por pesquisadores pouco resolutiva, que fere os preceitos da liberdade, contrariando os princípios da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial (MACIEL, 2013; OLIVEIRA, 2013).

O intuito em abordar este assunto é provocar uma discussão sobre a realidade da internação compulsória, aprimorar políticas públicas, que respeitem os direitos constitucionais, medidas preventivas, resolutivas e de tratamento.

Este trabalho teve como objetivo analisar a efetividade do processo de internação de usuários de drogas, com ênfase no modo compulsório, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de corte transversal, exploratório que buscou analisar a efetividade do processo de internação compulsória por meio da caracterização do histórico de internação destes usuários..

O mesmo é parte integrante da pesquisa “*Perfil dos Usuários de Crack e Padrões de Uso*” o qual foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) edital MCT/CNPq nº 041/2010.

Foi obtida uma amostra estratificada dos serviços da estratégia Redução de Danos e CAPS AD, que teve por objetivo estimar a proporção de usuários de drogas no município, para o cálculo, utilizaram-se as informações fornecidas pelo sistema de informação dos serviços. A prevalência de usuários de drogas foi desconhecida ($p = 0,50$), admitiu-se um erro amostral de 4% ($d=0,04$), sob o nível de confiança de 95% ($\alpha = 0,05$), o número de elementos em cada estrato foi proporcional ao total de usuários cadastrados nos Programas Redução de Danos ($N=5.700$) e CAPS Ad ($N=200$). O n encontrado foi alocado proporcionalmente aos respectivos estratos ($n=545$), acrescentou-se 10% para substituição de perdas eventuais. A amostra final foi constituída por 681 usuários sendo 505 entrevistas válidas e 176 recusas. Do total de entrevistas válidas, 436 sujeitos pertenciam à estratégia RD e 69 ao CAPS AD. A sistemática de seleção adotada foi o sorteio direto nas bases de dados do CAPS Ad e da Estratégia Redução de Danos.

Os questionários aplicados foram codificados pelo entrevistador e revisados pelos coordenadores. Os dados foram digitados através do gerenciador de banco de dados Microsoft Access v.2003.

A análise dos dados foi realizada utilizando o software STATA v.12 e a pesquisa obedeceu aos princípios éticos da Resolução COFEN nº 311/2007 e resoluções 196/96 e a 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas de Pelotas recebendo o parecer nº 301/2011.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta o histórico de internação dos usuários de drogas entrevistados.

Tabela 1 – Caracterização do histórico de internação dos usuários de drogas, Pelotas.

Internações	Frequência	%
Hospital Psiquiátrico*		
Não	138	56,1
Sim	108	43,9
Nº de internações Hospital Psiquiátrico**		
1 vez	41	38,0
2 vezes	21	19,4
3 vezes	12	11,1
4 a 10 vezes	20	18,5
11 ou mais vezes	11	10,2
Não sabe	3	2,8
Comunidade Terapêutica*		
Não	215	87,4
Sim	31	12,6
Nº de internação Comunidade Terapêutica***		
1 vez	18	58,1
2 vezes	7	22,6
3 ou mais vezes	6	19,3
Contra a vontade para a desintoxicação*		
Não	201	81,7
Sim	45	18,3
* n=246	** n=108	*** n=31

Fonte: Pesquisa “Perfil dos usuários de crack e padrões de uso – Pelotas 2014”

A partir dos dados, pode-se perceber que, apesar de todo um movimento da Reforma Psiquiátrica no sentido da diminuição das internações nos hospitais especializados, ainda no município e região este tipo de internação se faz bastante presente, pois os dados apresentados neste estudo mostram que dos 505 usuários de droga, 246 (48,7%) afirmaram já ter passado por algum tipo de internação. Destes 246, 108 (43,9%) afirmaram que sua internação foi realizada em um hospital psiquiátrico. Mesmo entre os trabalhadores que atuam especificamente com os usuários de drogas e também militantes da Reforma Psiquiátrica, ainda são muitos os profissionais que acreditam que a única forma

de cuidar dessa população seria através da internação fechada e de longa permanência (ASSIS, 2013). Na realidade ainda faltam estudos conclusivos acerca desta temática, as opiniões são divergentes e confusas. Alguns trabalhos tratam erroneamente a internação involuntária (autorizada pela família) e compulsória como sendo a mesma coisa, e os argumentos que apoiam esta conduta baseiam-se como medida para solucionar um problema de ordem pública e de acesso a serviços de saúde, e não como resolutividade e eficácia para a situação (ALMEIDA, 2014).

Em se tratando dos usuários que se internaram em um hospital psiquiátrico, evidenciou-se um percentual de 43,6% de usuários que se internaram 3 vezes ou mais neste serviço. Este tipo de internação sugere, segundo a referida pesquisa, uma contrariedade dos fatos, pois a internação do usuário neste tipo de serviço mostrou-se pouco efetiva devido aos altos índices de reinternação.

Em relação aos usuários que tiveram sua internação em comunidades terapêuticas 31 (12,6%), 6 (19,3%) foram internados mais que três vezes nestes serviços. Este resultado também evidencia um tipo de internação pouco resolutiva para este percentual de usuários que acabaram por reinternar.

A partir desta situação, pode-se inferir que para a assistência dos usuários de drogas, o isolamento parece ser a medida mais fácil, ao invés da busca para solucionar a real problemática que contribuiu para esta situação que envolve diversas complexidades, a exemplo de questões orçamentárias, governamentais, de infraestrutura, saúde, educação dentre outras que envolvem esta problemática (MACIEL, 2013).

Em relação ao tipo de internação caracterizada como compulsória, a mesma deve ser utilizada apenas quando todas as outras medidas e tentativas de tratamento forem esgotadas, como prevê a lei. Em relação a este tipo de internação, dos 246 usuários, 45 (18,3%) afirmaram ter sido internado por esta forma. Vale ressaltar que alguns autores destacam que se a busca por este serviço não partir do interesse do usuário, dificilmente a resposta será positiva e o insucesso, ou seja a reinternação, acaba sendo o resultado mais provável (ALMEIDA, 2014).

Por fim, ao se tratar com vidas humanas deve-se reconhecer o indivíduo como um todo, seus aspectos estruturais e emocionais, pois, na maioria dos casos os usuários em situações de maior vulnerabilidade e abandono são os que mais internam de maneira compulsória (COELHO, OLIVEIRA, 2014).

4. CONCLUSÕES

Este trabalho teve o intuito de instigar a reflexão acerca de aspectos sociais importantes como o uso de droga na nossa sociedade. Também de proporcionar informações que permitam o questionamento sobre qual rumo evidencia-se como mais apropriado, efetivo e eficaz no que diz respeito aos diferentes modos de assistência aos usuários de drogas. Refletir sobre a lógica de cuidado baseado na exclusão do convívio social, sem uma real abordagem e ação em cima da complexidade de vida dos usuários de drogas. A partir deste, pode-se pensar sobre a construção de políticas públicas efetivas não só na saúde, mas também uma melhor oferta de atendimento destes usuários, com boa educação de base, com investimentos públicos em serviços mais resolutivos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. P. S. Argumentos de Humanização na Internação Compulsória em Dependência Química: a Favor e Contra. In: **ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES & HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE**. Blucher Medical Proceedings, v.1, n.2. São Paulo: Editora Blucher, 2014. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Hospital das Clínicas-FMSUP. ISSN 2357-7282 DOI 10.5151/medpro-cihhs-10825.

ASSIS, J.T; BARREIROS, G.B; CONCEIÇÃO, M.I.G. Ainternação para usuários de drogas: diálogos com a reforma psiquiátrica. **Revista Latino Americana Psicopat.** São Paulo. V.16, n.4, p.584-596, 2013.

COELHO, I.; OLIVEIRA, M.H.B. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v.38, n.101, p.359-367, 2014.

MACIEL, A. L. **Aspectos gerais sobre Internação Compulsória em Saúde Mental nos últimos 10 anos: Revisão Bibliográfica**. 2013. 34f. Monografia apresentada ao Setor de Pósgraduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, para obtenção do título de Especialista em Saúde Mental. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu-Especialização em Saúde Mental, Universidade do Extremo Sul Catarinense.

OLIVEIRA, D.L. **Internação Compulsória x Política de Redução de Danos: Atenção ao usuário de crack**. 2013. 55f. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília- UniCEUB. Centro Universitário de Brasília Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais-FAJS.